NOVA CONCURSOS



GCM

PARAGUAÇU - MG

Prefeitura Municipal de Paraguaçu - MG

Guarda Civil Municipal

Questões gabaritadas
da banca Instituto IBDO
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Edital

- Língua Portuguesa
- Informática
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional e Direitos Humanos
- Legislação (On-line)
- Direito Penal e Processo Penal (On-line)
- Legislação Específica (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026

Prefeitura Municipal de Paraguaçu - MG

Guarda Civil Municipal

NV-018OT-26-PREF-PARAGUACU-MG-GCM
Cód.: 7908428819828

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Civil Municipal de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Paraguaçu - MG.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto IBDO de Gestão e Projetos, organizadora contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Legislação, Direito Penal e Processo Penal e também Legislação Específica disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....11

- **LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO..... 11**
- **VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS 14**
- **FUNÇÕES DA LINGUAGEM..... 16**
- **TIPOS E GÊNEROS DE TEXTO 18**
- **COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS..... 29**
- **ORTOGRAFIA (ATUALIZADA CONFORME AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO): EMPREGO DE LETRAS 34**
  - **ACENTUAÇÃO TÔNICA E GRÁFICA.....34**
  - **USO DE MAIÚSCULAS E MINÚSCULAS 35**
- **FONOLOGIA/FONÉTICA: LETRA/FONEMA — ENCONTROS VOCÁLICOS, CONSONANTAIS E DÍGRAFOS 36**
- **MORFOLOGIA: ELEMENTOS MÓRFICOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS 38**
- **CLASSES DE PALAVRAS 42**
- **SINTAXE: TERMOS DAS ORAÇÕES 59**
  - Orações Coordenadas 65
  - **ORAÇÕES SUBORDINADAS 66**
    - Regência Verbal 69
    - Regência Nominal.....71
    - Concordância Verbal 71
    - Concordância Nominal 74
- **CRASE 78**
- **PONTUAÇÃO..... 80**
- **SEMÂNTICA..... 83**
  - **DENOTAÇÃO.....83**
  - **CONOTAÇÃO 84**
  - **SINONÍMIA 84**
  - **ANTONÍMIA.....84**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

HOMONÍMIA 84

PARÔNIMOS 85

POLISSEMIA (PLURISSIGNIFICAÇÃO) 85

AMBIGUIDADE 85

FIGURAS DE LINGUAGEM 86

INFORMÁTICA 97

HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS 97

SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS/LINUX 102

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS 103

ÁREA DE TRABALHO 106

ÁREA DE TRANSFERÊNCIA 108

MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS 109

Extensão e Arquivos 111

USO DOS MENUS 114

PROGRAMAS E APLICATIVOS 115

INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS 120

EDITOR DE TEXTOS 131

ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS E CAIXAS DE TEXTO 131

Edição e Formatação de Textos 132

PLANILHAS ELETRÔNICAS 144

ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS, USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS 144

CORREIO ELETRÔNICO 154

USO DE CORREIO ELETRÔNICO 155

Preparo e Envio de Mensagens 156

Anexação de Arquivos 157

FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÕES E REUNIÕES ON-LINE 158

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MICROSOFT TEAMS **158**

GOOGLE MEET **174**

ZOOM **174**

SKYPE **174**

GOOGLE HANGOUT **175**

INTERNET **175**

INTRANET, EXTRANET, PROTOCOLO E SERVIÇO, SÍTIOS DE BUSCA E PESQUISA NA INTERNET, NAVEGAÇÃO NA INTERNET, CONCEITOS DE URL, LINKS, BUSCA E IMPRESSÃO DE PÁGINAS **175**

Mozilla Firefox 182

Google Chrome 183

NUVEM **183**

REDES SOCIAIS **188**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEGURANÇA DE DADOS **189**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA, CONFIDENCIALIDADE E ASSINATURA DIGITAL, PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E BACKUP, FERRAMENTAS DE SEGURANÇA (ANTIVÍRUS E FIREWALLS), MALWARES E ATAQUES **189**

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO 215

SISTEMA DE NUMERAÇÃO **215**

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS – CONHECER E UTILIZAR NÚMEROS, REALIZAR E APLICAR OPERAÇÕES **215**

Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão 215

NÚMEROS RACIONAIS: FRAÇÕES, REPRESENTAÇÃO DECIMAL DE UM RACIONAL **218**

NÚMEROS REAIS **222**

PORCENTAGEM **222**

REGRA DE TRÊS SIMPLES **224**

GRÁFICOS E TABELAS (TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES) **226**

LER, UTILIZAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES APRESENTADAS EM TABELAS E GRÁFICOS **226**

UTILIZAR SISTEMAS DE MEDIDAS: MEDIR, ESTIMAR E COMPARAR GRANDEZAS **231**

Medidas de Comprimento 231

LOCALIZAR OBJETOS EM REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO **234**

IDENTIFICAR FIGURAS GEOMÉTRICAS E SUAS PROPRIEDADES **238**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

- **RECONHECER TRANSFORMAÇÕES NO PLANO 249**
- **APLICAR RELAÇÕES E PROPRIEDADES 253**

DIREITO ADMINISTRATIVO 261

- **ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 261**
  - **CONCEITOS, ELEMENTOS, NATUREZA E FINS 261**
  - **PODERES 266**
  - **PRINCÍPIOS 274**
- **DIREITO ADMINISTRATIVO 280**
  - **CONCEITO E FONTES 280**
- **ATO ADMINISTRATIVO 282**
  - **CONCEITO 282**
  - **REQUISITOS 283**
  - **ATRIBUTOS 287**
  - **CLASSIFICAÇÃO 288**
  - **ESPÉCIES 290**
  - **INVALIDAÇÃO 291**
  - **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO 291**
  - **PRESCRIÇÃO 292**

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 297

- **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º AO 4º DA CRFB/88) 297**
- **DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ART. 5º AO 11 DA CRFB/88) 301**
- **DOS DIREITOS POLÍTICOS (ART. 14 AO 16 DA CRFB/88) 330**
- **DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (ART. 18 A 31 DA CRFB/88) 333**
- **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 37 A 41 DA CRFB/88) 350**
- **DA SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CRFB/88) 363**
- **DA POLÍTICA URBANA (ART. 182 E 183 DA CRFB/88) 366**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO (ART. 226 AO 230 DA CRFB/88) **368**

DIREITOS HUMANOS **370**

CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, CATEGORIAS E GERAÇÕES **370**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA — ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

INFORMÁTICA

HARDWARE: DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIAS E PERIFÉRICOS

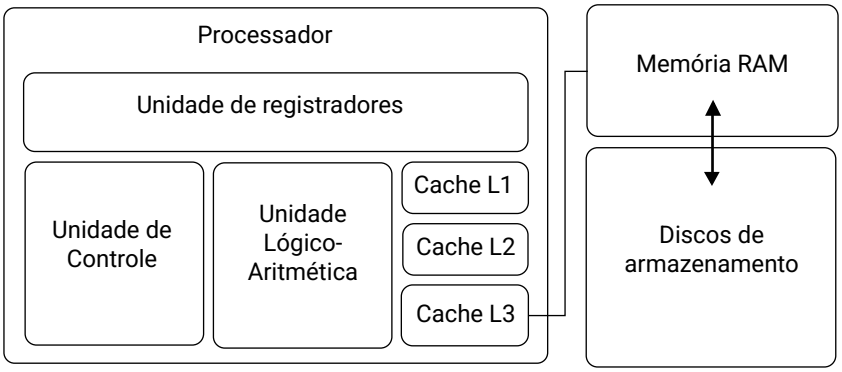
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética[1], a unidade de controle[2] e a unidade de registradores[3]
Cache L1	Memória rápida nível 1 (*level 1*)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (*level 2*)	Na borda do processador, próximo à memória RAM[4]
Cache L3	Memória rápida nível 3 (*level 3*)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos *slots* de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Placa-Mãe	Recebe os componentes internos instalados no computador	*Motherboard*. A velocidade do barramento determina quais componentes podem ser adicionados

1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM — *Random Access Memory* — memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

SISTEMA DE NUMERAÇÃO

Os sistemas de numeração são conjuntos de regras que permitem representar quantidades por meio de símbolos e números. Ao longo da história, diferentes civilizações desenvolveram seus próprios sistemas, adaptados às suas necessidades e culturas.

SISTEMA DECIMAL

O sistema decimal, também conhecido como base 10, é o mais utilizado globalmente. Ele emprega 10 símbolos (0–9) e é posicional, o que significa que o valor de um número depende da posição de seus dígitos. Por exemplo, no número 345, o "3" representa 300 porque está na posição das centenas, o "4" representa 40 por estar na posição das dezenas e o "5" exerce seu próprio valor por estar na posição da unidade.

Para representar o número trezentos e quarenta e cinco em algarismos romanos, escrevemos CCCXLV. No sistema decimal, escrevemos 345.

SISTEMA BINÁRIO

O sistema binário, ou sistema de base 2, utiliza apenas dois símbolos: 0 e 1. É a base do funcionamento dos computadores modernos, em que cada dígito é chamado de bit.

No sistema binário, cada dígito é uma potência de 2, começando da direita para a esquerda. O número 101 em binário é analisado da seguinte forma:

- o dígito mais à direita representa (2^0), que é 1;
- o próximo dígito à esquerda representa (2^1), que é 2;
- o próximo dígito, que é o mais à esquerda, representa (2^2), que é 4.

Então, no número 101, temos:

$$(1 \cdot 2^2) + (0 \cdot 2^1) + (1 \cdot 2^0) =$$
$$(1 \cdot 4) + (0 \cdot 2) + (1 \cdot 1) =$$
$$4 + 0 + 1 =$$
$$5$$

Portanto, 101 em binário é igual a 5 em decimal, e o número decimal 5 é representado como 101 em binário.

SISTEMA HEXADECIMAL

O sistema hexadecimal, ou base 16, é frequentemente usado em informática. Ele utiliza 16 símbolos: 0–9 e as letras A–F para representar os valores de 10 a 15.

O método de mudança de base do sistema hexadecimal para o sistema decimal é o mesmo da mudança de base do sistema binário para o sistema decimal.

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS – CONHECER E UTILIZAR NÚMEROS, REALIZAR E APLICAR OPERAÇÕES

NATURAIS

Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, ...}

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de "contagem natural". Por isso, utiliza-se o símbolo N* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: N* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7...}.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor**: é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número "n" é o número "n+1".
  - **Exemplo**: o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor**: é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número "n" é o número "n–1".
  - **Exemplo**: o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos**: são números em sequência. Assim, (n – 1, n e n+1) são números consecutivos.
  - **Exemplo**: 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares**: são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O estudo do direito administrativo exige uma compreensão dos conceitos fundamentais que estruturam o Estado, governo e Administração Pública. A partir dessa base, é possível explorar os elementos que os constituem, suas finalidades, Poderes e princípios, de modo a delimitar as funções, bem como a organização do Estado em sua totalidade.

CONCEITOS, ELEMENTOS, NATUREZA E FINS

O Estado é a organização política que exerce poder soberano e originário sobre um determinado território e povo. Sua formação pode ocorrer de diferentes maneiras, como por via natural, religiosa, contratual ou pela força e domínio. Outras formas também podem originar de modo derivado, como a união de dois Estados soberanos para formar um novo Estado; a divisão de um Estado em dois ou mais outros, independentes; e de maneira atípica, como nos casos do Vaticano e de Israel.

Posto isto, cabe ressaltar que o Estado é reconhecido como uma pessoa jurídica de direito público, dotado de prerrogativas e deveres específicos para a promoção do bem comum. A natureza é essencialmente política, pois surge da necessidade de governar grandes populações em territórios extensos, consolidando o chamado contrato social.

Conforme Dalmo de Abreu Dallari (*apud* Lenza, 2019), o Estado é definido como "*[...] a ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território*". Essa definição traz à tona os quatro elementos essenciais do Estado: soberania, finalidade, povo e território, os quais podem ser assim descritos:

- **Soberania**: trata-se do poder político supremo e independente, que confere ao Estado a capacidade de criar e aplicar normas dentro de seu território, sem subordinação a qualquer outro poder;
- **Finalidade**: o objetivo tardio do Estado é a promoção do bem comum, assegurando condições para o desenvolvimento pleno da pessoa humana;
- **Povo**: constituído pelos indivíduos que compõem a nação, vinculados ao território e entre si por laços jurídicos e de nacionalidade;
- **Território**: o espaço físico onde o Estado exerce sua soberania, permitindo a organização e a permanência de sua população.

A Constituição Federal, de 1988, no art. 18, trata da organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelecendo sua divisão em União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, todos dotados de autonomia política e administrativa.

A Teoria da Separação dos Poderes

A organização interna do Estado fundamenta-se na teoria da separação dos Poderes, concebida por Montesquieu, que visa à independência e harmonia entre as funções estatais, divididas em Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Esse modelo, conhecido como teoria tripartite, é adotado para evitar abusos de poder e garantir o equilíbrio institucional.

Cada Poder exerce funções específicas:

- **Poder Legislativo**: responsável por elaborar, modificar ou revogar as normas jurídicas, sempre nos limites impostos pela Constituição;
- **Poder Executivo**: encarregado da administração do Estado, atuando na execução das leis e na gestão dos interesses públicos, em conformidade aos ditames legais;
- **Poder Judiciário**: exercita a jurisdição, aplicando o direito em casos concretos por meio de processos judiciais, garantindo a justiça e a resolução de conflitos.

GOVERNO: CONCEITO E FUNÇÕES

O governo pode ser definido como a condução política dos negócios públicos, sendo a expressão da soberania do Estado. Trata-se do conjunto de órgãos e funções, orientados para o comando e direção das ações que concretizam os objetivos estatais.

Em sua essência, o governo atua como representante político do Estado, exercendo uma função discricionária e independente. As políticas públicas são definidas por meio do governo, bem como os rumos estratégicos da sociedade, diferenciando-se da Administração Pública, que se ocupa da execução das políticas estabelecidas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES

A Administração Pública é o aparato técnico e funcional do Estado, responsável por implementar as decisões políticas do governo. Pode ser compreendida sob dois aspectos principais: sentido formal e sentido material.

Sentido Formal

Nesse espectro, o sentido formal refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e estruturas instituídos pelo Estado para desempenhar as funções administrativas. Aqui, o foco está na organização administrativa em si, ou seja, nas instituições que compõem o aparato público.

Alguns exemplos são:

- **Ministérios**: o Ministério da Saúde, responsável pela formulação de políticas públicas de saúde, é uma entidade que integra a Administração Pública direta;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

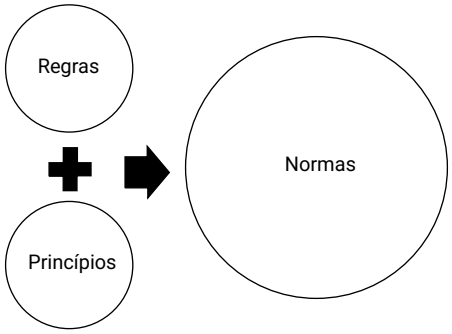
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º AO 4º DA CRFB/88)

CONCEITO E NATUREZA

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



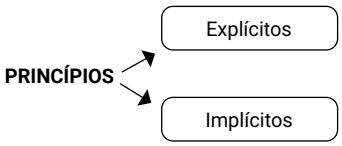
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo**, **governo** e **território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por "**FOP**" (**f**undamentos, **o**bjetivos, **p**rincípios).

Observe que esse mnemônico obedece **à** ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

> **Art. 1º** *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como* ***fundamentos****:*
> *I - a soberania;*
> *II - a cidadania;*
> *III - a dignidade da pessoa humana;*
> *IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*
> *V - o pluralismo político.*
> *Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

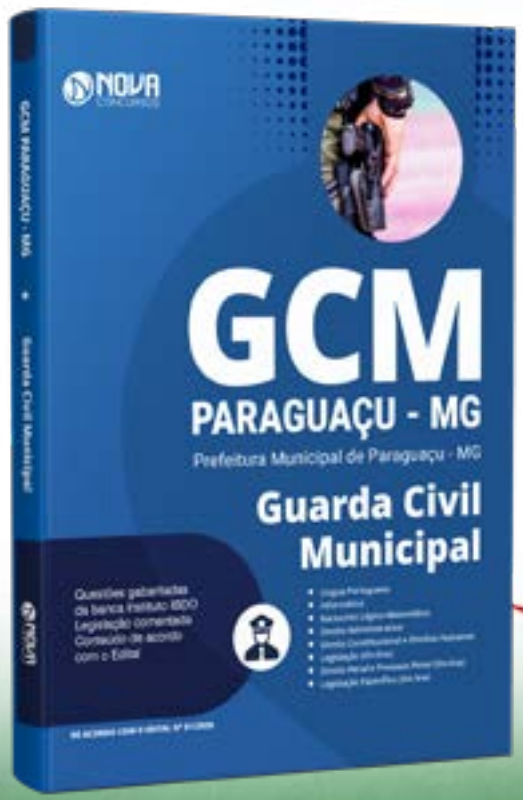
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO